

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 88/94

(Publicada no Diário Oficial de 06/05/1994)

A Instrução Normativa nº 142/94, com efeitos a partir de 09/07/94, suspende os efeitos dos itens 3 e 4 e do sub – item 5.1 desta Instrução Normativa.

Esta Instrução Normativa deixou de ser aplicada a partir de 01/10/94 por força da revogação do Decreto nº 3.050/94.

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no regime de apuração decendial do imposto, previsto no Decreto nº 3.050 de 28/04/94 e dá outras providências.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA - DAT, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto nº 3.050 de 28/04/94, e visando prestar maiores esclarecimentos no tocante ao procedimento de apuração do imposto em períodos decendiais, resolve expedir a seguinte

INSTRUÇÃO

I - DA APURAÇÃO:

1 - Os contribuintes sujeitos à apuração decendial, de que trata o Decreto 3.050 de 28/04/94, deverão fazê-la nos dias 10(dez), 20(vinte) e ultimo dia de cada mês, determinando o ICMS relativo às operações e/ou prestações realizadas, respectivamente, nos períodos de 01 a 10; 11 a 20 e 21 ao último dia do mês.

II - DOS CONTRIBUINTES:

2 - Estão obrigados a efetuar apuração decendial os contribuintes para os quais seja exigido regime normal de apuração, salvo disposições em contrario.

2.1 - Os comerciantes varejistas (inclusive microempresas comerciais), exceto os definidos no item 2.2, as empresas optantes pelo regime simplificado de apuração (inclusive as microempresas industriais) e as empresas prestadoras de serviço rodoviário de transporte de passageiros, não apurarão o ICMS decendialmente, devendo fazê-lo no último dia do mês.

2.2 - Ficam obrigados a efetuar apuração decendial do imposto os contribuintes varejistas que pertençam às categorias abaixo, desde que estejam obrigados à apresentação do DAM - Demonstrativo Mensal de Apuração.

a) comércio varejista de materiais de construção e artigos sanitários - código de atividade econômica 61.02-2;

b) comércio varejista de material elétrico em geral - código de atividade econômica 61.03-0.61.31-5.

c) supermercados - código de atividade econômica 61.30-7.

d) lojas de departamento e magazines - código de atividade econômica

III - DA CONVERSÃO, RECONVERSÃO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:

3 - Quando do encerramento de cada período decendial ou mensal, o valor do imposto devido, apurado no livro Registro de Apuração do ICMS pelo confronto dos débitos e créditos, será convertido em Unidade Fiscal de Referência - UFIR do dia imediatamente subsequente ao do encerramento e reconvertido à moeda nacional vigente no dia do efetivo pagamento.

3.1 - Atualização monetária do imposto devido ocorrerá sempre a partir do segundo dia subsequente ao de cada período de apuração, assim entendido:

a) para os contribuintes sujeitos a apuração decendial do imposto a atualização monetária se processará a partir do 2º (segundo) dia após o encerramento da apuração, mesmo ocorrido dentro de um mesmo mês;

b) para os contribuintes que permaneçam na sistemática de apuração mensal do imposto a atualização monetária se processará a partir do 2º (segundo) dia do mês subsequente ao da apuração

IV - DAS OPERAÇÕES SUJEITAS À CONVERSÃO E RECONVERSÃO:

4 - As operações e/ou prestações normais dos estabelecimentos, as operações e/ou prestações relativas a diferença de alíquota e substituição tributária (retenção - quer em operações internas, quer interestaduais - antecipação e diferimento), mesmo aquelas estabelecidas através de Regimes Especiais que disponham de forma diversa das operações normais, ficam submetidas ao mesmo critério de conversão tratado no item 3 acima.

V - DOS SALDOS APURADOS E DO PAGAMENTO DO IMPOSTO:

5 - Havendo saldo credor do imposto no dia final de cada período de apuração, o mesmo será transferido para o período seguinte, no seu valor original, e havendo saldo devedor serão observados os seguintes procedimentos:

5.1 - Os contribuintes deverão reconverter à moeda vigente no País, cada uma das parcelas devedoras apuradas nos respectivos períodos (decendiais ou mensais), considerada a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, da data em que ocorrer o efetivo pagamento do imposto.

5.2 - Os contribuintes poderão efetuar o pagamento do imposto a partir do dia imediato ao final de cada apuração, ou fazê-lo nos prazos em vigência, estabelecidos em Regulamento e/ou Portarias, utilizando-se de um Documento de Arrecadação Estadual (DAE) para cada período com saldo de imposto devido, por cada estabelecimento e código de receita específico.

5.3 - Para o pagamento do imposto de que trata o sub-item 5.2 os contribuintes deverão apor, no Documento de Arrecadação Estadual - DAE, as seguintes informações:

a) no campo 22 (Informações Complementares) o período de apuração, o valor original do imposto em moeda nacional e a respectiva quantidade de UFIR diária;

b) no campo 7 (Valor Principal) o valor nominal apurado, expresso em moeda corrente;

c) no campo 8 (Correção Monetária) o valor da atualização monetária ocorrida entre o dia da conversão e o dia do efetivo pagamento, expresso em moeda corrente.

VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

6 - Os contribuintes que ficaram desobrigados de apurar decendialmente o imposto deverão readequar-se à apuração mensal, reconstituindo a escrita fiscal do período apurado e, constatada a existência de pagamento a maior ou indevido do ICMS adotarão, excepcionalmente, o seguinte procedimento:

6.1 - efetuar lançamento, como crédito fiscal, na conta gráfica, do valor de ICMS recolhido a maior ou indevidamente, fazendo comunicação à Inspetoria Fiscal da sua circunscrição, que, oportunamente, verificará a sua autenticidade;

6.2 - para determinação do valor a ser lançado como crédito fiscal de que alude o sub - item 6.1 os contribuintes tomarão os valores efetivamente pagos em cada período de apuração, dividindo-os pela UFIR dos respectivos dias dos pagamentos e multiplicando os resultados pela UFIR do último dia do mês de abril de 1994.

7 - Ficam mantidas as disposições procedimentais atinentes à escrituração, apresentação e preenchimento de quaisquer livros e documentos fiscais, especialmente aquelas que não conflitem com as determinações do Decreto 3.050 de 28/04/94.

8 - Revoga-se a INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 70/94, publicada no Diário Oficial de 13 de abril de 1994.

9 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos ao dia 1º de abril de 1994.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (DAT), em 05 de maio de 1994.

HÉLIO BOTELHO PINTO DA SILVA
Diretor